

MEDICAMENTALIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO DA VIDA: NARRATIVAS CONSTRUÍDAS NA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Beatriz Barcellos Baia¹,
Gabriela Domingues de Souza¹,
Nicolli Plaster Fachetti¹,
Gustavo Tassis Baptista²

1. Acadêmicos do curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória;
2. Mestre em Psicologia - Docente orientador.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa se deu através de uma investigação acerca da relação que os estudantes de graduação em Psicologia do Centro Universitário - Multivix estabelecem com a medicamentação e o uso de medicamentos psicotrópicos. O estudo de campo foi conduzido de forma online, através de um formulário estruturado na plataforma Google Forms, utilizando-se perguntas objetivas e discursivas; a análise das respostas coletadas foi realizada através das técnicas de análise descritiva simples e de conteúdo de Bardin. No estudo, observou-se que apesar da graduação exercer uma forte influência na construção de um pensamento a respeito do conteúdo, ainda há um evidente desconhecimento teórico acerca da medicamentação como um fenômeno que atravessa a prática e saber psi.

Palavras-Chave: medicamentação; medicalização; psicotrópicos; saúde mental.

INTRODUÇÃO

É na década de 1950 em que se desenvolvem os psicofármacos, sendo a psiquiatria a primeira área da medicina a utilizá-los como ferramenta. Essa terapêutica, definida como psicofarmacoterapia, faz uso de substâncias químicas que agem diretamente no comportamento, humor e/ou cognição (AGUIAR E ORTEGA, 2004). Destaca-se que a natureza dessa prática é, principalmente, empírica, visto que as possíveis etiologias e mecanismos biológicos das doenças mentais e do sofrimento psíquico não estão definidas suficientemente (JORGE, 2019).

O primeiro psicotrópico utilizado foi a clorpromazina no Centro Hospitalar Sainte-Anne em Paris, o tratamento se dava em pessoas internadas em estado grave com a intenção de interromper seus delírios (AGUIAR & ORTEGA, 2004). Desde o início da utilização desses medicamentos no tratamento psiquiátrico, essa prática se

desenvolve através de um uso excessivo, associado a outras formas inadequadas de intervenção (GUIMARÃES *et al.*, 2013). Portanto, com a finalidade de suprimir a sintomatologia dos transtornos mentais pode-se considerar que a medicalização foi empregada de forma indevida, onde por vezes o seu objetivo principal não foi a diminuição do sofrimento psíquico.

Atualmente, pode-se observar este caráter na atuação do Ministério da Saúde nos efeitos da pandemia na saúde mental da população,

embora haja o reconhecimento na portaria de que há “impactos sociais” da pandemia, a transferência de recursos públicos para a compra de psicotrópicos é proposta como solução, em um reducionismo extremo das complexas consequências sociais da pandemia a algo de ordem puramente biomédica. (GARCIA, AMORIM, RODRIGUES & MENDONÇA, 2022, p.102).

Ainda segundo os autores, nota-se um alto investimento para compra de psicotrópicos. Em setembro de 2020 houve a liberação orçamentária de aproximadamente R\$650 milhões para a aquisição desses medicamentos, um valor quatro vezes maior do que a quantia atribuída para Rede de Atenção Psicossocial.

Esse movimento que coloca em desvantagem as políticas públicas de suporte psicossocial expõe uma lógica contrária a Reforma Psiquiátrica e impacta diretamente nas medidas que são tomadas. Nessas circunstâncias, a promoção e recuperação da saúde através de terapêuticas medicamentosas encontra dilemas nas raízes de sua prática relacionados à medicalização da vida e à medicamentação.

REFERENCIAL TEÓRICO

PATOLOGIZAÇÃO E O DISCURSO DA MEDICALIZAÇÃO DA VIDA

O horizonte em que a medicina se desenvolve é pautado na ideia de racionalidade e na nosografia patológica, é concebido uma estrutura natural às doenças e a prática médica fica submetida à sua classificação (BEZERRA e PINHEIRO, 2019). Neste paradigma, a psiquiatria clássica floresce baseada em estratégias medicalizantes e no controle e higiene da sociedade, sua institucionalização parte da patologização de hipotéticas anormalidades (GARCIA et

al., 2022). Em outras palavras, a doença mental é produzida através do saber-poder adquirido pela medicina psiquiátrica.

Segundo Zanello (2018), no século XX, a prática taxonômica é fortalecida com a disseminação de guias classificatórios, como o *Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM*. Dessa forma, o transtorno mental passa a ser traduzido a partir da presença ou ausência de sintomas, havendo assim a patologização do normal. Para a autora, uma das limitações que essa prática encontra se constitui na própria definição do que é um sintoma:

No caso dos sintomas em psicopatologia é fundamental pensar no processo de *semiosis*, o qual implica a participação da linguagem e dos valores (históricos) de cada cultura. (...) Assim, o que será considerado “sintoma” de algum mal-estar (ou seja, pertencendo a alguma taxonomia ou classificação local de adoecimento - no nosso caso, de transtorno mental, para a psiquiatria) varia bastante. (ZANELLO, 2017, p. 53.)

Tal práxis captura elementos sociais, históricos, econômicos, políticos e pedagógicos em explicações que perpassam por um reducionismo biológico e uma lógica individualizante. Em síntese, esse fenômeno, conceituado como patologização, atribui status de doença a questões comuns do cotidiano, relacionando-se aos processos de medicalização.

MEDICALIZAÇÃO E MEDICAMENTALIZAÇÃO

Em 2019, o Ministério da Saúde divulgou uma cartilha com informações e orientações para fomentar o uso racional de medicamentos de forma mais autônoma e consciente. Nesse documento, encontra-se o conceito de medicalização, sendo ele baseado no *Fórum sobre Medicalização da Educação e da Saúde*, exposto através da seguinte colocação:

(...) uma racionalidade determinista que desconsidera a complexidade da vida humana, reduzindo-a a questões de cunho individual, seja em seu aspecto orgânico, psíquico, ou em uma leitura restrita e naturalizada dos aspectos sociais. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019, p.13)

A medicalização é um fenômeno social extenso que engloba a vida em suas diferentes esferas, desde aspectos sociais e econômicos até condições comuns da existência. Isto posto, apesar do que o nome sugere, a medicalização perpassa por campos que vão além do uso ou não de medicação. Conforme Amarante (2007), essa questão foi o que possibilitou o surgimento da medicamentação, a qual o conceito também pode ser encontrado na cartilha produzida pelo Ministério da Saúde:

(...) se refere ao uso de medicamentos em situações que, anteriormente, não eram consideradas problemas médicos e, conseqüentemente, não existia um tratamento farmacológico para tal. Portanto, a medicamentação pode ser considerada uma das conseqüências da medicalização. (Ministério da Saúde, 2019, p. 13)

Ou seja, a medimentação, se deu através das práticas de medicalização, fazendo uma interseção com a sociedade contemporânea e medicalizando aquilo que previamente não era descrito como patologia.

A medicamentação tem mais a ver com o controle; é sustentada por uma lógica de saber-poder hierárquica, em que o médico detém autoridade máxima em relação aos tratamentos, utilizando prescrições como única solução terapêutica possível. Passam a patologizar as angústias que atravessam a maioria dos indivíduos e que até então não eram vistas como enfermidade psíquica, respaldados pelo argumento de procurar a cura do sofrimento, medicamentam os pacientes (BEZERRA *et al.* 2014).

Foucault (1979) argumenta sobre o conhecimento absoluto e os valores morais sob a perspectiva de um fenômeno histórico, expõe os diferentes tipos de poder e seus funcionamentos. O poder que é exercido a um grupo de pessoas específicas ou uma população, é chamado biopoder e busca adestrar os corpos tornando-os dóceis. Ao escrever o livro *O Nascimento da Clínica*, Foucault fala sobre o momento em que a medicina passa a nomear-se como medicina científica, e expõe rupturas no saber médico. No que tange a este contexto que se desdobrava, o filósofo diz que: “os doentes tendem a perder o direito sobre o seu próprio corpo, o direito de viver, de estar doente, de se curar e morrer como quiserem, e por conseguinte sua autonomia” (Foucault, 1979, p. 97). É dessa forma que a medicina adquire um tom moral baseado em um ideal de saúde.

SAÚDE MENTAL E PSICOTRÓPICOS

O fazer produzido no âmbito da Saúde Mental, sob forte influência da Reforma Psiquiátrica, tem como pressuposto a crítica à medicalização da vida como estratégia de tratamento. Com isso, não se pretende negar a experiência do adoecimento e do sofrimento psíquico, se trata da construção de uma perspectiva onde a doença mental é entendida como um fenômeno que existe a partir da experiência do sujeito e sua relação com o mundo, não uma entidade clínica a ser medicalizada e curada (LEAL e MUÑOZ, 2019).

Nesse novo pensamento o cuidado passa a ser construído com um olhar integral às pessoas em sofrimento psíquico. De acordo com Soalheiro (2019), essa perspectiva consiste em “um cenário que inclui novas práticas que querem se sustentar fora do monólogo da razão sobre a loucura, e dos abusos de poder, buscando a construção de um saber compartilhado”. Portanto, pode-se considerar que há a inclusão da dimensão subjetiva como uma importante esfera de análise e intervenção, diferente do paradigma anterior.

A psicofarmacoterapia ainda é uma das principais estratégias terapêuticas utilizadas na atenção à saúde mental, mas não é entendida como única alternativa possível. Existe a necessidade de ser utilizado em paralelo psicoterapias, intervenções psicossociais e outras estratégias de cuidado, que integradas garantem a produção de saúde com pessoas com transtornos mentais e/ou em processo de adoecimento psíquico (JORGE, 2019). Entretanto, pontua-se que mesmo com o surgimento desse recente paradigma, ainda é possível observar questões acerca do uso problemático dos medicamentos psicotrópicos.

O USO INDISCRIMINADO DOS MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS

Em relação à definição dos medicamentos psicofármacos, considera-se eles como aqueles que produzem transformações comportamentais, perceptivas, emocionais, como também modificações no pensamento (MOURA *et al.*, 2016). Quando utilizados de forma indevida, em consequência de orientações errôneas, uso por tempo exagerado ou dosagem inadequada, são capazes de acarretar problemas, como a dependência (JORGE, 2019).

Em consideração a essa questão de saúde, esses fármacos só podem ser administrados a partir de uma série de normas. Para a sua aquisição formal, há a necessidade de receita emitida por profissionais habilitados e com os campos de identificação do emitente e do usuário, nome do medicamento, data de emissão, assinatura do prescritor e identificação de registro, apropriadamente preenchidos. Entretanto, mesmo com todos esses cuidados, o uso de psicotrópico muitas vezes é feito de forma desordenada, seja pela obtenção de maneira ilegal ou por recomendação médica indevida (BRASIL, 1998).

No cenário nacional, aproximadamente vinte mil pessoas falecem por ano em virtude da automedicação, esse fenômeno tem afetado principalmente jovens adultos. Dentro desse contexto, diferentes classes de fármacos se relacionam com diferentes questões da sociedade. Como exemplo, no que toca aos medicamentos ansiolíticos, é possível relacionar seu uso ao caráter imediatista da sociedade moderna (DUARTE *et al.*, 2020).

Não é incomum pessoas com sintomas depressivos, ansiosos, de insônia e/ou estresse, busquem nos tratamentos medicamentosos formas de aliviar suas angústias. No entanto, ao serem administrados de forma incorreta, podem acarretar em um agravamento destes quadros acentuando o sofrimento (RAMOS, 2020). Dessa forma, a respeito dessa problemática, conclui-se:

A curto prazo, a utilização de determinada substância a partir de orientação e prescrição para fim terapêutico pode ser positiva, entretanto, certamente será negativa caso seja aplicada ininterruptamente a longo prazo e sem acompanhamento médico ou farmacêutico. (RAMOS, 2020, p. 1)

Face ao exposto, percebe-se que a produção de saúde a partir da estratégia medicamentosa depende da relação que se estabelece com a sua forma de utilização. Ainda sobre essa questão, entende-se que diferentes grupos sociais apresentam sua própria particularidade ao que tange essa problemática. À vista disso, elabora-se o vínculo entre estudantes de psicologia e o uso dos medicamentos psicotrópicos

USO DE PSICOTRÓPICOS EM ESTUDANTES DE PSICOLOGIA

Observa-se que no Brasil há a predominância do uso de drogas entre a população jovem sendo o meio universitário um ambiente que se percebe o aumento

deste consumo. (WANSCHER *et al.*, 2014). Para além do crescimento do consumo nas universidades como um todo, estudos também demonstram diferenças entre cursos, como o estudo realizado na Instituição de Ensino Superior Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS), no Ceará, que investigou como os estudantes do curso de Psicologia se relacionam com o uso de psicotrópicos.

O resultado mostrou que as substâncias psicoativas mais consumidas pelos alunos, são os antidepressivos, os ansiolíticos, a maconha e o álcool. Quanto ao uso de psicotrópicos, o estudo possui relatos semelhantes, que acreditam que os psicotrópicos deveriam ser uma alternativa terapêutica secundária, ou em último caso quando outros recurso já foram esgotados, mostrando que parte dos participantes acredita na eficácia do tratamento, mas não como fonte primária, e sim associado a psicoterapia. As considerações finais deste estudo mostram que,

Os discursos prevalentes na pesquisa remetem à ideia da eficácia terapêutica farmacológica associada à psicoterapia, dos psicofármacos como uma opção terapêutica viável para o tratamento dos transtornos mentais e dos resultados positivos relacionados ao uso de psicotrópicos. Além disso, dentre os motivos que levam os acadêmicos a fazer uso de psicotrópicos, foi possível identificar: ansiedade, insônia, estresse, irritabilidade e responsabilidades acadêmicas. (DUARTE *et al.*, 2020, p. 61)

Logo, por essa pesquisa, entende-se que os estudantes de Psicologia, além de ser uma categoria que utiliza estratégias medicamentosas, acreditam na eficácia dos psicotrópicos associados à psicoterapia. Por fim, frente ao apresentado, notou-se a relevância da Psicologia e suas contribuições acerca da psicofarmacologia, bem como a necessidade da compreensão da relação que os estudantes desse curso têm construído com o uso dos psicotrópicos e, também, as possíveis influências da graduação nessa conjuntura.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é referente ao uso de psicotrópicos no campo da Saúde Mental e sua relação com a medicalização da vida no contexto da graduação em Psicologia, dispondo como fonte informativa de análise a pesquisa de campo. A classificação desse tipo de estudo pode ser compreendida a seguir:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas (...). (GONSALVES, 2001, p. 67).

Nesse caso a proximidade com o grupo a ser estudado se deu de forma virtual e o levantamento de dados para a investigação do fenômeno ocorreu através de um questionário estruturado com perguntas objetivas e discursivas sobre a temática.

O público-alvo foram estudantes de psicologia do Centro Universitário Multivix - Vitória. Para instrumento de coleta de dados criou-se um formulário na plataforma on-line, Google Forms, este foi divulgado pela coordenação do curso através do aplicativo de mensagens instantâneas, WhatsApp, nos grupos das turmas do 1º ao 10º período da graduação. As respostas foram recebidas do dia 27 de setembro ao dia 11 de outubro de 2022. Neste tempo, a pesquisa contou com a participação de 58 pessoas, no entanto, foram descartados 27 formulários devido ao critério de exclusão pré-estabelecido, onde todas as perguntas discursivas deveriam estar preenchidas, conseqüentemente apenas 31 formulários foram considerados.

As respostas objetivas passaram pela análise descritiva simples e, a partir destes resultados, deu-se a construção de gráficos e tabelas. Para a elaboração da análise de conteúdo acerca das respostas das perguntas abertas, adotou-se o método desenvolvido por Laurence Bardin, que segue três principais etapas: a organização, fase onde ordena-se as informações em um sistema funcional; a codificação, onde irá transformar os dados através de recortes específicos em grupos de conteúdo e, por último, a categorização, onde é feita a classificação final das informações baseadas em critérios estabelecidos durante a pesquisa. (BARDIN, 2015, p. 124).

Em síntese, com base em metodologias de análise, elaborou-se o tratamento dos resultados com o resgate de argumentações prévias e do referencial teórico, a fim de estabelecer conclusões acerca da discussão proposta sobre a graduação em Psicologia e a medicalização da vida.

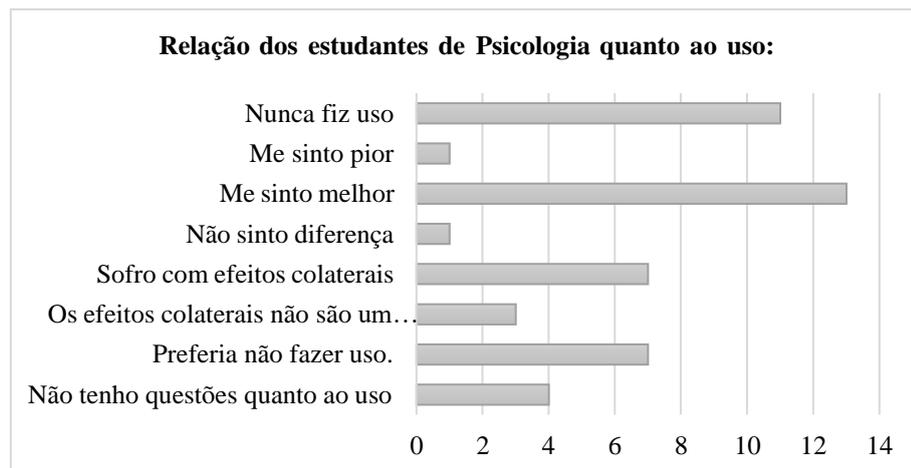
RESULTADO E DISCUSSÃO

CONSTRUÇÕES INICIAIS SOBRE A ESTRATÉGIA MEDICAMENTOSA E A GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

O questionamento inicial foi a respeito do conhecimento prévio sobre estes fármacos, onde 27 participantes (87,10%), afirmaram saber do que se tratava e apenas quatro participantes (12,90%) expuseram não conhecer essas substâncias. Sobre sua utilização, 20 estudantes (65%) alegaram já terem feito em algum momento. Ao serem perguntados sobre a forma de acesso a esses cuidados, nenhuma pessoa respondeu que se dá através das Redes Públicas, 21 (67,74%) acessam por meio privado, 11 (35,48%), por meio de plano de saúde e 4 (12,9%) não acessam.

A fim de melhor compreender esta ligação, indagou-se sobre as vivências dos estudantes que utilizam os psicofármacos como estratégia de tratamento. Nesta etapa do formulário os participantes poderiam escolher uma ou mais afirmações que se identificavam, como exposto no gráfico a seguir.

Gráfico 1

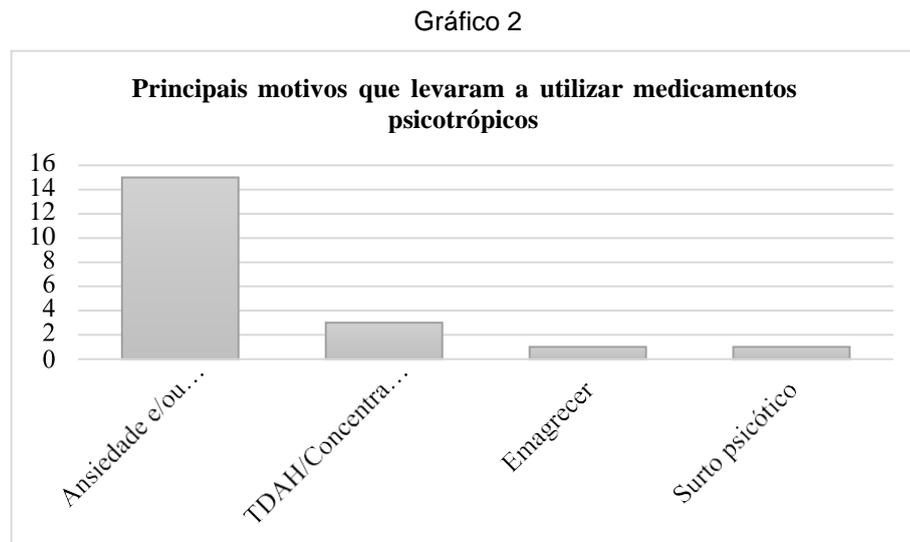


Das pessoas que fazem uso de psicotrópicos, 13 participantes, a maioria (65%), relatou se sentir melhor, ainda assim 7 participantes, sendo uma parte expressiva (35%), apontou preferir não os utilizar. Portanto, é possível observar que os efeitos positivos, garantidos pela estratégia medicamentosa, podem não ser o suficiente para se pensar a produção de saúde mental e a garantia do bem-estar das pessoas em sofrimento psíquico.

Frente ao exposto, reitera-se a necessidade da construção de práticas de cuidado conjuntas à psicofarmacoterapia (JORGE, 2019). Ao serem construídos questionamentos acerca das estratégias utilizadas, de forma paralela ou não ao uso de medicamentos, 5 participantes (16,12%) não recorrem a outras práticas, 17

(54,83%) afirmaram fazer análise ou psicoterapia, enquanto 6 (12,35%) acessam terapias alternativas. Por fim, de forma pontual, 4 (12,9%) apontaram possíveis práticas de cuidado como o exercício físico, a meditação e as atividades religiosas.

Outro ponto levantado foi a motivação por trás do uso dos medicamentos psicotrópicos, exposto no Gráfico 2. A questão foi abordada no formulário de maneira aberta para os participantes, assim quatro categorias de respostas surgiram.



Em síntese, os dados mostram que 15 (75%) alunos que fazem o uso dos psicotrópicos relatam sintomas de ansiedade e/ou depressão, já as queixas de TDAH e concentração somam 3 (15%) respostas. De forma secundária, surgem questões relacionadas ao emagrecimento e ao surto psicótico, que representam 1 (5%) cada.

À vista das motivações que levaram o emprego de terapêuticas medicamentosas nos participantes, resgata-se a discussão acerca da patologização de singularidades da vida. Como exemplo, têm-se a problematização do *choro* como sintoma da *tristeza*, proposta por Zanello (2018) sob a perspectiva de gênero. Segundo a autora, chorar é uma expressão motivada em mulheres e inibida nos homens, portanto, quando colocada como critério diagnóstico da depressão favorece a prevalência desse transtorno no grupo feminino. Conclui-se que determinados quadros sintomáticos podem propiciar o diagnóstico de algumas patologias em certos grupos sociais e, em contrapartida, dificultar em outros.

Seguidamente, a pesquisa levantou dados acerca da comunicação de profissionais da saúde sobre os medicamentos psicotrópicos, bem como informações

sobre o acompanhamento médico no caso de sua utilização. Ao total, 25 pessoas (80,64%) alegaram já ter recebido alguma orientação informativa sobre essas substâncias, a maioria, 8 participantes (25,80%) a avaliou como regular e apenas 3 (9,67%), classificou como excelente. Já em relação à supervisão médica, 16 estudantes (80%), que utilizam a estratégia medicamentosa são ou já foram acompanhados, frente a 4 (20%) que durante o processo de medicação nunca foram assistidos por um profissional da medicina.

Analizou-se em uma escala de um a cinco, conforme os Gráficos 3 e 4, a crença dos estudantes a respeito do uso de medicamentos psicotrópicos na atenção à saúde mental.

Gráfico 3

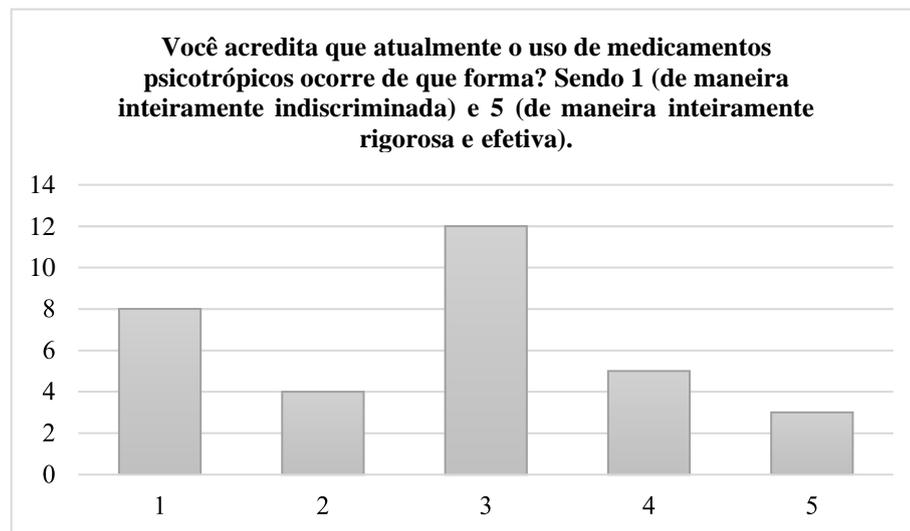
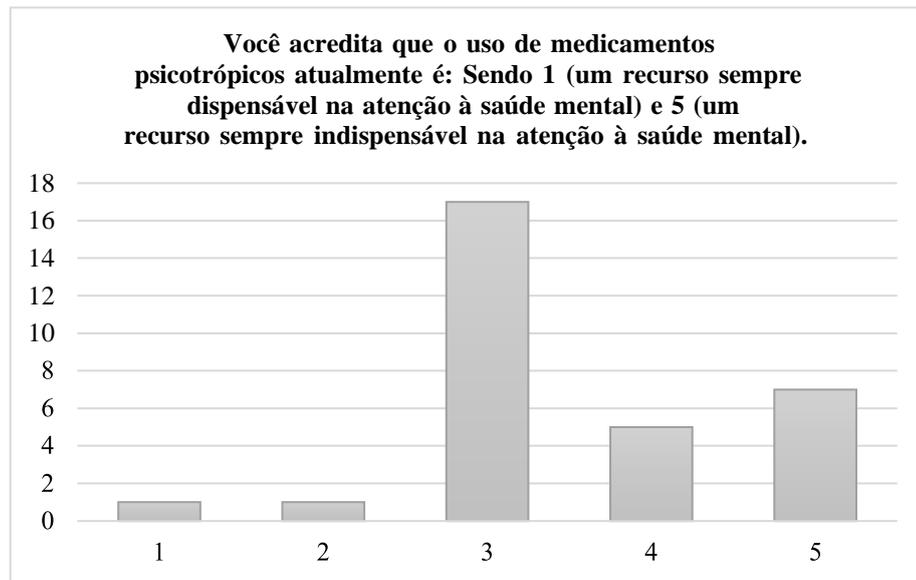


Gráfico 4



Relativo a como os estudantes entendem que psicofarmacoterapia vem sendo utilizada, 12 (38,70%) das respostas apontam para a rigorosidade e efetividade mediana deste uso, seguido de 8 respostas (25,80%) que entendem o uso de maneira inteiramente indiscriminada.

Quando perguntados sobre a indispensabilidade desses medicamentos na atenção à saúde mental, 17 (54,83%) dos participantes optaram pela resposta intermediária, acreditando haver um balanço entre as duas medidas de necessidade. Já 12 (38,70%) dos participantes, enxergaram a estratégia medicamentosa como quase ou indispensável, esse posicionamento se relaciona inversamente às novas perspectivas em saúde mental que incluem a dimensão subjetiva na construção do plano terapêutico e retiram da medicação o status principal.

NOTAS SOBRE A MEDICALIZAÇÃO DA VIDA E A GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Os quadros a seguir foram realizados seguindo os passos da análise de Bardin, neles constam as respostas coletadas nos formulários. O primeiro quadro apresenta o que pensam os alunos e o que eles acreditam ser a opinião de terceiros sobre o assunto proposto, no segundo o foco é a relação dos psicotrópicos com a graduação de Psicologia. Os dois últimos quadros são direcionados à área da medicalização, enquanto um é relacionado ao saber sobre o assunto, o outro é

direcionado à influência da Graduação em Psicologia. A partir desta lógica, foram delineadas quatro categorias sendo elas: Os Medicamentos Psicotrópicos e Seus Sentidos, Influência da Graduação em Psicologia na Concepção e Relação com os Psicotrópicos, Apontamentos sobre a Medicamentação e Narrativas Sobre a Medicamentação Construídas a Partir da Graduação.

OS MEDICAMENTOS PSICOTRÓPICOS E SEUS SENTIDOS

Nesse quadro, objetiva-se entender as perspectivas que atravessam e produzem sentido ao uso dos medicamentos psicotrópicos. Para isso, o processo de análise se deu através do levantamento do juízo de valor dos alunos de psicologia e como eles acreditam que seja os valores da sociedade em relação à essa substância. Encontra-se no quadro abaixo as principais respostas elaboradas no formulário:

Participante	Resposta
1	"Só quem é doido usa"
2	"Que pode tomar ou parar sem orientação profissional"
7	"Acham que é a cura e não procuram maneiras alternativas"
17	"muitos tem preconceito enquanto muitos fazem uso abusivo"
30	"Existem muitos tabus dentro da saúde mental e o uso de medicação é um dos mais fortes. Poucas pessoas, apesar do número estar aumentando, tem consciência da importância e necessidade, quanto este for o caso, do uso de psicotrópicos."
14	"Acho que depende do contexto de cada pessoa, em alguns casos é necessário a utilização em outros não, mas o uso tem que ser feito com acompanhamento psicológico e médico"
16	"Acho importante no processo de tratamento em saúde mental, porém não a única via,"
22	Pode ajudar, mas não deve ser uma muleta
30	"Eu acredito ser importante e indispensável. No entanto deve haver uma avaliação e acompanhamento rigoroso do paciente e utilizar a medicação como uma ajuda temporária, a depender do transtorno e do estado do paciente."
31	Sou contra uso de qualquer tipo de medicamentos, acredito nos tratamentos alternativos.
4	"é algo muito importante dependendo do caso, mas completamente dispensável em outros, psiquiatras precisam ter o cuidado de não generalizar."

É observado a prevalência de perspectivas moderadoras que atribuem um sentido ponderado ao uso da estratégia medicamentosa. São apontadas como questões de análise da necessidade do manejo de psicotrópicos a avaliação do paciente, seu processo subjetivo, o acompanhamento profissional, a periodicidade e

o emprego de intervenções de cuidado de forma paralela à medicação. Percebe-se, nessa produção de significado, a influência das novas perspectivas em Saúde Mental. Como um contraponto, também foi possível observar perspectivas negativas por parte dos estudantes, como exemplificado na resposta do participante 31.

De outra maneira, as respostas que contemplam os valores da sociedade sobre a psicofarmacoterapia apontam para o estigma e uso inadequado. Em relação à valoração negativa atribuída socialmente, é possível relacioná-la aos espaços de saber-poder atribuídos pela medicina e o preconceito contra a figura da loucura. Já no que tange sua utilização inadequada, reitera-se as adversidades causadas, como a dependência química, o agravamento do quadro e, até mesmo óbitos (DUARTE *et al.*, 2020).

INFLUÊNCIA DA GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA NA CONCEPÇÃO E RELAÇÃO COM OS PSICOTRÓPICOS

Os destaques abaixo informam a respeito da influência do curso de psicologia nos seus alunos, tanto em relação ao uso de medicamentos psicotrópicos de maneira geral, quanto às concepções e ideias formadas sobre essa utilização na área da saúde mental. Entende-se que o curso de psicologia traz uma carga teórica, emocional e de trabalho que atravessa as motivações para a busca da psicofarmacologia, como é possível observar, a seguir:

Participante	Resposta
21	“Sim. Falta de atenção em atividades e aulas, tanto presencial, como online. Dificuldade em estudar. Ao afetar mais pessoas recorri ao uso de medicamentos.”
6	“Poucas vezes. Geralmente por ansiedade ou estresse com matérias/professores.”
25	“Pelo curso de psicologia diretamente não, mas para dar conta das demandas do trabalho.”
18	“Nunca! Mas acredito q oq leva o estudante recorrer a isso é o nível de estresse que acabamos tendo com a graduação + trabalho entre outros...”
19	“Não. Fiz uso antes da graduação”
8	“Não deve ser a principal ou única fonte de cuidados com a saúde mental. Pode ser imprescindível para equilibrar a química do cérebro para que se possa dar continuidade ao tratamento com psicólogo e outras ações relevantes como atividade física e alimentação.”
11	“Acho que a prescrição de medicamentos só se faz após uma boa avaliação, então não vejo mal se o profissional prescrever como opção no tratamento.”
20	“Não acredito que seja uma solução terapêutica. Ela é necessária em casos específicos.”

27	“É necessário avaliar cada caso para inserir a medicação, nos falamos muita da medicalização da vida.”
24	“Devem ser usados quando necessário, na maioria das vezes junto com a terapia e outras mudanças de hábitos.”
5	“Ainda não estudamos sobre esse assunto.”

O quadro revela que existe interferência das demandas da graduação para a utilização dessas substâncias, são mencionados fatores como atenção, estresse e ansiedade que se relacionam com esse ambiente. Também surgem apontamentos sobre o uso de psicotrópicos anterior ao curso de psicologia, que influem sobre outros aspectos da vida dos participantes.

Já ao que tange a influência das perspectivas trabalhadas em sala de aula, nota-se a forte presença da dimensão subjetiva na noção de cuidado quando o emprego de estratégias medicamentosas não assume um lugar de obrigatoriedade e/ou exclusividade. Nesse contexto, o cuidado reconhece um compromisso com a experiência vivenciada pelo sujeito e sua narrativa, e rompe com intervenções normatizadas e impessoais (SOALHEIRO, 2019).

APONTAMENTOS SOBRE A MEDICAMENTALIZAÇÃO

Nesse momento do formulário, buscou-se investigar as narrativas construídas pelos estudantes de psicologia acerca da medicamentação. Os participantes foram questionados de forma direta sobre esse fenômeno, para que assim fosse possível identificar como esse conceito emerge. Segue abaixo as respostas avaliadas como mais pertinentes.

Participante	Resposta
28	“Muitas coisas, entre eles a falta de conhecimentos informação dos profissionais de saúde e da população em geral.”
23	“Não sei como funciona isso.”
13	“Vejo como um sintoma do poder da medicina sobre outros saberes.”
10	“Errado! Por isso é preciso de mais informações sobre o assunto! Divulgação, palestras... Qualquer coisa que informe o mundo sobre.”
29	“Fundamental pois se não houvesse uso dela e suas melhoras elas não entrariam como medicação no mercado.”

Compreende-se, de maneira pontual, como medicamentação o processo de patologização e, conseqüentemente, emprego da estratégia medicamentosa em

questões cotidianas (BEZERRA et al., 2014). O formulário aponta para um certo desconhecimento acerca desse fenômeno, como pode ser observado na resposta do participante 23 e até mesmo na resposta do participante 29, onde há um equívoco entre a definição desse processo e o medicamento propriamente dito. Ademais, outros apontamentos sobre esse fenômeno surgem, como a falta de informações e o poder atribuído à medicina.

NARRATIVAS SOBRE A MEDICAMENTALIZAÇÃO CONSTRUÍDAS A PARTIR DA GRADUAÇÃO

Por fim, neste último quadro, ainda no que se refere às concepções acerca da medicamentação, buscou-se compreender como a graduação em Psicologia constrói a narrativa desse fenômeno com seus alunos, através de um questionamento direto sobre a temática. Os principais apontamentos trazidos, foram:

Participante	Resposta
8	Fundamental pois se não houvesse uso dela e suas melhoras elas não entrariam como medicação no mercado.
9	De forma positiva.
12	Super, poderia dizer 70%, algo super necessário.
3	Conhecimento!
15	No momento, nenhum pensamento a respeito.
13	Acredito que nossos profissionais deveriam entender melhor nosso potencial e trabalhar melhor a interdisciplinaridade
14	Que em alguns casos é necessário, e em outros não, depende da necessidade de cada paciente. Mas acredito que a graduação influencia a pensar contra a Medicamentação.

Apesar de ser notória a influência da graduação na formação dos conceitos empregados nesta discussão, este quadro confirma o que vem sendo analisado durante a pesquisa, uma falta de conhecimento acerca do fenômeno da medicamentação, que por muitas vezes é confundido com a prática da medicalização, como é observável na resposta do participante de número 8, 9 e 10. Percebe-se a necessidade de introduzir uma maior familiarização com este tema entre estudantes da graduação de Psicologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações coletadas pela pesquisa, mostram que as principais causas do uso de psicotrópicos pelos estudantes do curso de psicologia de um centro universitário particular da cidade de Vitória no Espírito Santo são ansiedade e depressão. Quando questionados sobre informações recebidas acerca destes medicamentos, grande parte avalia que as explicações recebidas foram regulares, no entanto, menos de 10% afirma terem sido excelentes. Este fato corrobora com a ideia da lógica da contrarreforma, visto que o acesso e incentivo ao uso de psicotrópicos muitas vezes acontecem de forma indiscriminada. A pesquisa também revelou a predominância de usuários que enxergam o uso de psicotrópicos como uma ação secundária, associada a psicoterapia e outras práticas terapêuticas, assim sendo, estes estudantes de psicologia, confirmam a influência da graduação e acreditam no uso consciente dos medicamentos psicotrópicos.

Dado os fatos apresentados, é necessário achar meios de direcionar um maior cuidado no que se refere ao fenômeno da medicamentação, visto que ele nem sempre se apresenta de forma objetiva, por ser parte de um problema estrutural. Este motivo faz com que não se descarte a importância de uma atenção a este tema na grade curricular de Psicologia, assim com a discussão sobre políticas públicas em saúde mental, visando contrapor essa lógica da medicalização e medicamentação, possibilitando aos estudantes a formação de um pensamento crítico e abrindo caminhos para que futuros profissionais possam reivindicar espaços de luta. Para além do curso de psicologia é visto a necessidade de que essa discussão seja presente em outros cursos da área da saúde, assim como a replicação desta pesquisa nas mesmas áreas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Marcela Peralva; ORTEGA, Francisco Javier Guerrero. Psiquiatria Biológica e Psicofarmacologia: a formação de uma rede tecnocientífica. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v.27, n. 04, p. 889-910, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/BCRhsckFYDRNyrHg4gs4mFr/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz;2007.

ANDRADE, Arthur Guerra de *et al.* Fatores de risco associados ao uso de álcool e drogas na vida, entre estudantes de medicina do Estado de São Paulo. **Revista ABP-**

APAL, Biblioteca Virtual em Saúde, 1997. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/porta1/resource/pt/lil-226261>. Acesso em: 10 nov. 2022

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Almedina, 2011.

BEZERRA, Adriano; PINHEIRO, Clara. Alhures Da Loucura: Um estudo arqueogenealógico sobre a produção da figura do doente mental. **Revista De Psicologia**, Ceará, v. 11, ed. 1, p. 95-110, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/42059>. Acesso em: 14 set. 2022.

BEZERRA, Indara Cavalcante *et al.* "Fui lá no posto e o doutor me mandou foi pra cá": processo de medicamentação e (des)caminhos para o cuidado em saúde mental na Atenção Primária. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 2014, v. 18, n. 48, p. 61-74. Disponível em: <https://www.scielo.br/jicse/a/SrLcmzsQHZMBJN6Lcjb6VK/?lang=pt>. Acesso em: 20. set. 2022.

CASTRO, Edgardo. A ilusão antropológica. *In: Introdução à Foucault*. Autêntica, 2015

CHAGAS, Julia; PEDROZA, Regina. Patologização e Medicalização da Educação Superior. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, p. 1-10, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/jptp/a/hkWLpJzSKyzphR9vmhSHQ7D/?lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2022.

DUARTE, Maria Nathalia Francalino *et al.* Uso de Psicotrópicos entre alunos de graduação do Curso de Psicologia. **Id online: Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 14, n. 49, p. 51-63, 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2288/3607>. Acesso em: 30 set. 2022.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. São Paulo: Forense Universitária, 1989.

GALDUROZ, J.C. *et al.* Trends in drug use among students in Brazil: analysis of four surveys in 1987, 1989, 1993 and 1997. **Brazilian Journal of Medical and Biological Research**, v. 37, n. 4, p. 523-531, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/bjmr/a/SL8DRMK38DpdPKmtTZhbdFr/?lang=en#>. Acesso em: 20. out. 2022.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira *et al.* Contrarreforma psiquiátrica brasileira e medicalização do sofrimento mental na pandemia de Covid-19. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, ed. 49, p. 95-108, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/63525>. Acesso em: 14 set. 2022.

GONSALVES, E; GOMER, Josir; SALAS, Joan. **Controle de gestão: uma abordagem contextual e organizacional** ed. 2, São Paulo: Atlas, 1999

GUIMARÃES, Andrea *et al.* Tratamento em saúde mental no modelo manicomial (1960 a 2000): histórias narradas por profissionais de enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 22, n. 2, p. 361-369, 2013.

JORGE, Marco Aurélio Soares. Terapêutica em Saúde Mental: psicoterapia e psicofarmacoterapia. *In: JORGE, Marco Aurélio Soares; CARVALHO, Maria Cecilia de Araujo; SILVA, Paulo Roberto Fagundes da. Políticas e cuidado em saúde mental: contribuições para prática profissional*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019, p. 121-145.

LEAL, Erotildes Maria; MUÑOZ, Nuria Malajovich. Estratégias de intervenção em saúde mental. *In: JORGE, Marco Aurélio Soares; CARVALHO, Maria Cecilia de Araujo; SILVA, Paulo Roberto Fagundes da. Políticas e cuidado em saúde mental: contribuições para prática profissional*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019, p. 75-95.

MARQUES, Ana; CRUZ, Marcelo. O adolescente e o uso de drogas. **Brazilian Journal of Psychiatry**. v. 22, p. 32-36, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/W8dy9cxjzbPSW48pHHCfWLj/?lang=pt#>.

Acesso em: 1 nov. 2022.

MARTINS, André. Biopolítica: o poder médico e a autonomia do paciente em uma nova concepção de saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**. v. 8, n. 14, p. 21-32, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832004000100003>.

Acesso em: 10 out. 2022

MOURA, Dean *et al.* Uso abusivo de psicotrópicos pela demanda da estratégia saúde da família: revisão integrativa da literatura. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, v. 15, n. 2, p. 136-144, 2016. Disponível em: <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1048>. Acesso em: 7 out. 2022.

PORTARIA Nº 344, DE 12 DE MAIO DE 1998. **Ministério da Saúde Secretaria de Vigilância em Saúde**, p. 1 - 47, 1998. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_r ep.html. Acesso em: 28 out. 2022.

RAMOS, Martha. Psicotrópico x saúde mental. **Conselho regional de farmácia do Tocantins**, 2020. Disponível em: <http://crfto.org.br/psicotropicos-x-saude-mental/>. Acesso em: 25 out. 2022.

ROSA, Barbara; WINOGRAD, Monah. Palavras e pílulas: sobre a medicamentação do mal-estar psíquico na atualidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 37-44, 2011.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/mc8GbxhvsTdDfbPsK7PYRnc/?lang=pt>.

Acessado em: 3 out. 2022.

SOALHEIRO, Nina Isabel. Políticas, Estratégias de Empoderamento e Transformação Social no Contexto Brasileiro do Movimento Pela Reforma Psiquiátrica. In: JORGE, Marco Aurélio Soares; CARVALHO, Maria Cecilia de Araujo; SILVA, Paulo Roberto Fagundes da. **Políticas e cuidado em saúde mental: contribuições para prática profissional**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019, p. 279 – 295.

SOUSA, J. R de; SANTOS, S. C. M. dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, v. 10, n. 2, p. 1396– 1416, 2020. Disponível

em:

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/31559>. Acesso em: 23 out. 2022.

WANSCHER, Dienifer; PRADO, Geisa Percio; FRIGO, Jucimar. Uso de psicotrópicos por alunos do ensino superior. **Revista UNINGÁ Review**, v. 18, n. 2, p. 05-09, 2014. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20140501_121925.pdf. Acesso em: 25. set. 2022.

ZANELLO, Waleska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e**

processos de subjetivação. ed 1. Curitiba: Appris Editora, 2018.

ZANELLO, Waleska. Saúde mental, gênero e interseccionalidades. In: PEREIRA, Melissa; PASSOS, Rachel (org.). **Luta Antimanicomial e Feminismos**: Discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017, p. 52-69.